

O debate entre Celso Furtado e Otávio Gouveia de Bulhões sobre o planejamento econômico no Brasil (1953)*

The debate between Celso Furtado and Otávio Gouveia de Bulhões about economic planning in Brazil (1953)

Roberto Pereira Silva**

Resumo: O artigo examina o debate entre Celso Furtado e Otávio Gouveia de Bulhões a respeito do planejamento econômico. Para isso, contextualizamos a conjuntura econômica brasileira, as correntes de pensamento econômico e a trajetória dos economistas envolvidos, com ênfase maior em Celso Furtado. Discutimos os temas mobilizados na polêmica e argumentamos que os elementos principais da controvérsia foram: o diagnóstico sobre o processo de desenvolvimento econômico em curso e o papel que o Estado deveria assumir diante dele. Finalmente buscamos refletir sobre as consequências desse debate na trajetória intelectual de Celso Furtado.

Palavras-chave: Celso Furtado. Otávio Gouveia de Bulhões. Planejamento econômico. Cepal. Desenvolvimento econômico.

Abstract: *The article examines the debate between economists Otávio Gouveia de Bulhões and Celso Furtado regarding economic planning. For this, we contextualize the Brazilian economic situation, the currents of economic thought and the trajectory of the economists involved in them, with a greater emphasis on Celso Furtado. We discussed the themes mobilized in the controversy and argued that the main elements of the debate were: the diagnosis of the ongoing economic development process and the role that the State should assume in it. Finally, we seek to reflect on the consequences of this debate on Celso Furtado's intellectual trajectory.*

Keywords: *Celso Furtado. Otávio Gouveia de Bulhões. Economic planning. ECLACs; Economic development.*

* Submissão: 08/01/2020 | Aprovação: 13/01/2021 | DOI: 10.29182/hehe.v24i1.787

** Professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) | E-mail: robertopereirasilva@outlook.com | ORCID: 0000-0002-8194-5086



Introdução

No dia 6 de maio de 1953, no Rio de Janeiro, aconteceu a quarta reunião da Comissão Econômica da América Latina e Caribe (Cepal), na qual foi apresentado o *Estudio preliminar sobre la tecnica de programacion del desarrollo economico*. Elaborado nos meses precedentes, o texto extrapolava o escopo dos trabalhos cepalinos anteriores ao propor técnicas de programação e de planejamento econômico como mecanismo para efetuar a intervenção na economia a fim de resolver os problemas econômicos que assolavam o continente, os quais vinham sendo examinados desde 1949 em outros documentos da Comissão. Celso Furtado não apenas teve um papel importante na redação desse trabalho como diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal, encarregada de elaborá-lo, como saiu em sua defesa ao ser atacado por um dos mais importantes representantes do pensamento liberal no Brasil, Otávio Gouveia de Bulhões. A polêmica que se instaurou é um marco importante na trajetória de Furtado – e evidentemente, no desenrolar das ideias desenvolvimentistas no Brasil –, que pela primeira vez foi a campo defender as ideias da Comissão onde trabalhava desde 1949 e, por que não, suas próprias concepções acerca das formas de estimular o processo de desenvolvimento econômico. Embora Celso Furtado publicasse artigos na *Revista Brasileira de Economia* desde 1948 e já tivesse se envolvido em uma polêmica com Ragnar Nurkse, nunca antes entrara em confronto direto com o pensamento econômico liberal brasileiro. Ademais, por esse debate ter ocupado as páginas dos jornais diários, a ressonância da discussão foi ouvida fora da academia.

Para entendermos a importância da polêmica é preciso considerar, também, tanto a conjuntura política e econômica interna – consideravelmente modificada na década de 1950, com o avanço do processo da industrialização incentivada pelo Estado – quanto o contexto externo, com o planejamento econômico sendo adotado pelos principais países industriais e incentivado por organismos multilaterais. Nesse quadro, o surgimento de uma instituição internacional como a Cepal reequilibrou os argumentos e os termos do debate no país, ao propor uma técnica de programação em dia com os avanços da teoria econômica e ainda pouco difundida no Brasil.

Por outro lado, se nos concentrarmos na trajetória dos dois debatedores, é possível deslindar como, nessa polêmica, suas visões cristalizam argumentos que vinham sendo levantados nos dois polos do espectro do pensamento econômico no Brasil. Ao discutirem a necessidade ou não do planejamento econômico, o lugar do Estado na economia, as técnicas de programação, o

diagnóstico da situação econômica do Brasil e as respectivas propostas de política econômica, Celso Furtado e Otávio Gouveia de Bulhões viram-se incitados a expor, clarificar, formalizar e revisar os fundamentos de suas ideias, suas premissas e os projetos de política econômica e – por que não o dizer, de país – subjacentes a elas. Ademais, a discussão explicitou que, ao lado dos argumentos teóricos mobilizados pelos debatedores, as implicações práticas em termos de política econômica e da intervenção ou não do Estado no processo econômico tiveram peso importante na disputa. Nesse aspecto, deu-se grande atenção às propostas de política econômica, frequentemente conflituosas, apresentadas lado a lado com a argumentação de cunho mais teórico.

Para estudar essa controvérsia, iremos, no que segue, retomar aspectos da discussão sobre planejamento econômico no Brasil, contextualizando a conjuntura em que ela ocorreu, as escolas de pensamento econômico representadas pelos envolvidos e aspectos de sua trajetória que possam iluminar seus posicionamentos, com especial atenção à trajetória de Celso Furtado. Em seguida, discutiremos os argumentos de ambos os autores, não sem antes apresentar um breve resumo do próprio relatório da Cepal, origem e ponto de fuga do debate. Teceremos, por fim, breves considerações finais, como forma de conclusão.

Os debates sobre planejamento econômico no Brasil

O debate entre Celso Furtado e Otávio Gouveia de Bulhões não recebeu a mesma atenção que o ocorrido na década de 1940, entre Roberto Simonsen e Eugenio Gudín. Essa controvérsia ensejou muitas interpretações, repercutiu na imprensa coetânea e tornou a ser debatida em dois momentos posteriores, nas décadas de 1970 e depois, nos anos 2000, ocasiões em que as intervenções foram republicadas em livro (Simonsen; Gudín; von Doellinger, 2010). Desde então, ela tem sido estudada por diversos economistas, historiadores e cientistas sociais.¹

Na apresentação desse volume, Carlos von Doellinger (2010, p. 21) qualifica o debate como “um dos mais famosos e acalorados” a respeito dos

¹ Dentre esses estudos, produzidos antes dos anos 2000, podemos citar: Bielschowsky (2004) e Loureiro (1997). Uma reflexão sobre o significado da reedição do debate nos anos recentes, relacionando-a com o projeto de retomada do desenvolvimento, pode ser encontrada em Curi (2019).

“grandes rumos da economia brasileira”. Segundo Maria Rita Loureiro (1997, p. 33), a disputa entre Simonsen e Gudin representa, pelos seus desdobramentos nas discussões no parlamento e na grande imprensa, um momento importante da afirmação e da visibilidade dos economistas. Ricardo Bielschowsky, em seu balanço da contenda, afirma que esses textos “constituem peças de grande interesse para a compreensão do estágio de conscientização da problemática desenvolvimentista brasileira, então alcançado” (Bielschowsky, 2004, p. 257).

Mais recentemente, essa controvérsia foi retomada com a intenção de verificar o conhecimento teórico mobilizado pelos envolvidos. Contudo, as tentativas de estabelecer um paralelo com o debate sobre o cálculo econômico socialista não mostraram resultados conclusivos. Embora Almeida (2015) constate que Gudin cita Hayek e Von Mises, a utilização desses autores liga-se a princípios extremamente gerais do liberalismo econômico, tais como a defesa da liberdade e a crítica ao planejamento como uma técnica totalitária. Por sua vez, Lopes (2013, p. 157) conclui que os argumentos de Eugênio Gudin não estavam balizados em critérios técnicos, de forma que “Gudin rejeita a ideia de planificação em base fundamentalmente ideológica”. Em direção oposta, Curi e Cunha (2015) demonstram exatamente o peso dos argumentos econômicos, mas redistribuídos de forma específica em cada um dos debatedores. Enquanto Gudin concentrou-se em argumentos econômicos, Roberto Simonsen teria sido pioneiro em examinar o desenvolvimento econômico em uma perspectiva histórica.

Discussão semelhante, visando aquilatar os elementos teóricos dos autores, foi feita por Lopes (2011, p. 113) ao examinar a polêmica entre Celso Furtado e Otávio Gouveia de Bulhões como “o debate mais próximo que se chegou ao debate em nível mundial sobre o cálculo econômico iniciado por Mises em 1920”. Embora identificando certa proximidade de temas e conceitos empregados por Oskar Lange e Von Mises nos textos brasileiros, o autor reconhece, por fim, a dificuldade em encontrar referências diretas a essa polêmica na disputa de 1953.

Ora, nos parece que a análise desse debate em termos de uma discussão teórica, da busca por argumentos econômicos, no caso, a questão da planificação econômica na década de 1920, deixa de captar uma dimensão essencial do confronto. Como veremos, ele expressava, sob o recurso incontornável das disputas teóricas, um conflito entre dois projetos de política econômica e sobre o papel do Estado na economia. Além disso, o que está em jogo é a

afirmação e a legitimação, valendo-se de argumentos econômicos, das correntes de pensamento liberal e cepalina, ou desenvolvimentista.

Fausto Saretta (2011, p. 3), embora reconheça a importância da controvérsia no quadro mais amplo de discussões sobre o desenvolvimento que viemos de traçar, classifica-a como “um breve evento, uma rápida polêmica”. Em sua análise, que privilegia os argumentos usados por cada um dos autores, apresenta Bulhões como um interlocutor preocupado com as aplicações práticas do debate sobre a política econômica, com um caráter mais objetivo. Por outro lado, Celso Furtado “parece dominar mais a teoria econômica e ter uma posição mais doutrinária na exposição de seus argumentos” (Saretta, 2011, p. 12). Em decorrência, indica que o economista paraibano expressaria seus argumentos em uma linguagem técnica mais sofisticada, enquanto Bulhões restringiu-se a uma perspectiva centrada nas formas de se fazer política econômica, mais especificamente, na necessidade ou não de adotar o planejamento econômico.

Em suma, ambas as visões têm em comum a análise dos argumentos usados pelos autores, seja a partir das referências teóricas, seja na maneira como a discussão foi traduzida em conceitos. O que gostaríamos de chamar atenção, reiteramos, é que por trás dos argumentos e das referências teóricas, tem-se a expressão cristalizada de projetos de política econômica no Brasil.

A conjuntura intelectual da controvérsia

Para captarmos o significado do debate é necessário identificar seu contexto imediato, tanto sob o ponto de vista da situação econômica brasileira em face de temas caros à polêmica, tais como a atuação do Estado, o estágio de desenvolvimento e o nível da industrialização, quanto no posicionamento das correntes de pensamento econômico brasileiro diante desses assuntos, e, sobretudo, a visão dos dois protagonistas.

Ricardo Bielschowsky (2004, p. 364) identifica “um maior amadurecimento do debate sobre industrialização planejada” entre 1953 e 1955. Ao contrário da década de 40, “o que se põe em discussão não é mais a validade de uma política econômica de suporte à industrialização; o grande tópico passa a ser o do ritmo que o governo poderia imprimir ao desenvolvimento urbano industrial”. Dessa forma, há uma diferença substantiva entre as duas controvérsias. A década de 1950 é, de fato, um período de maior consenso a respeito da adoção de uma política econômica para impulsionar a industria-

lização, vale dizer, o contexto do segundo governo Vargas (1950-1954) é sensivelmente diferente daquele do final da Segunda Guerra Mundial e de crise do Estado Novo. Embora muitas instituições desenvolvimentistas tenham sido criadas no primeiro momento, é somente nos anos 1950 que elas terão uma atuação fortemente propositiva. Basta pensarmos nos avanços concretos decorrentes da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos,² do Plano Nacional de Reparcelamento Econômico e a própria criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Temos, portanto, a consolidação de um consenso nacional e internacional em torno do planejamento. De um lado, o pensamento desenvolvimentista ganhava espaço, colocando os liberais na defensiva. Exemplo dessa expansão pode ser visto na II Conferência das Classes Produtoras em 1950, em Araxá, que, embora sendo uma arena de discussão coletiva, teve uma proposta final “nitidamente desenvolvimentista” (Bielschowsky, 2004, p. 325). Citemos, ainda, a própria criação pela Confederação Nacional da Indústria, de um Departamento Econômico, e de uma publicação específica, a *Estudos Econômicos*. No que se refere ao contexto, o tema do planejamento vinha adquirindo maturidade teórica e ampla aceitação política no contexto internacional. Como assinala Bielschowsky:

[...] aquela era a época do planejamento, não só em toda a Europa, como também em alguns países subdesenvolvidos, como a Índia. Era também a época em que o Bird baixava rígida orientação para o apoio financeiro: em princípio, apenas se financiariam projetos que integrassem programas de desenvolvimento. (Bielschowsky, 2004, p. 322)

No que tange ao aspecto mais geral da história do pensamento econômico no Brasil, o debate ocorreu em um momento de avanço na penetração das ideias cepalinas no país e de seu desdobramento em políticas econômicas. Celso Furtado teve um papel importante nesse sentido. Foi dele a iniciativa de traduzir e publicar o texto de Raúl Prebisch (1949), “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, na *Revista Brasileira de Economia*, ainda em 1949. O trabalho teve grande repercussão e

² A CMBEU foi resultado da mudança da política externa norte-americana no sentido de auxiliar o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, em confluência com os objetivos de Getúlio Vargas de ampliar os setores de infraestrutura básica. Considerada como “uma mudança qualitativa fundamental na posição norte-americana”, a Comissão “se propunha a elaborar projetos concretos que deveriam ser financiados por instituições como o Banco de Exportação e Importação (Eximbank) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)” (Vianna, 1994, p. 124).

serviu de porta de entrada para as proposições da Comissão no país. Ele traduziria outro texto do economista argentino no número de 1951, porém em condições já não tão favoráveis e abertas à recepção das ideias pela revista da Fundação Getúlio Vargas. Como nos relata o próprio Furtado, após a aparição do primeiro artigo de Prebisch, o Instituto de Economia da Fundação começou a organizar um conjunto de palestras com nomes de grande peso internacional críticos ao pensamento da Cepal. Vieram ao Brasil Jacob Viner, em 1950, e Gottfried Harberler, E. M. Bernstein e Ragnar Nurkse no ano seguinte. Essas conferências, afirma Furtado, junto a outros textos publicados nesse mesmo período na revista abriram “uma ofensiva no plano acadêmico contra as ideias de Cepal” (Furtado, 1997, p. 249).

Porém, se a Fundação Getúlio Vargas empenhou-se fortemente em criticar as novas ideias, o empresariado nacional percebeu a importância da defesa da industrialização feita pela Comissão. Em 1950, data da primeira visita de Prebisch ao Brasil, ele discursou na Confederação Nacional da Indústria, a convite de Euvaldo Lodi (Colistete, 2006). A mesma confederação publicou, no ano seguinte, a parte sobre a economia brasileira que constava no relatório da Cepal de 1950. Por sua vez, o próprio governo brasileiro foi fundamental para a manutenção e a independência da Comissão diante da pressão feita pelos Estados Unidos para que ela fosse fundida à Organização dos Estados Americanos. A posição da delegação brasileira garantiu a continuidade da Cepal, de forma que em 1951 Raúl Prebisch veio agradecer o posicionamento do Brasil, tendo sido recebido pelo próprio Getúlio Vargas (Furtado, 1997, p. 228-231).

A importância das ideias e da presença cepalina no Brasil foi reforçada no ano seguinte, com a criação de um programa de treinamento em desenvolvimento econômico em Santiago do Chile que passa a receber economistas e profissionais de diversos países da América Latina. O Brasil enviará diversos profissionais para Santiago e, nesse mesmo ano, é firmado o convênio Cepal-BNDE, sob a direção de Celso Furtado do lado cepalino e de Roberto Campos representando o banco, estabelecendo um grupo de trabalho formado por funcionários das duas instituições, empenhados no mapeamento dos setores prioritários no recebimento de investimentos industriais e de infraestrutura para atender aos objetivos da industrialização brasileira.³

³ Como relembra Furtado (1997, p. 246), “a esses cursos, pelos quais passaram muitas centenas de estudantes, deve-se a difusão continental do pensamento da Cepal. Sem eles, a penetração das novas ideias ter-se-ia circunscrito, em muitos países, ao mundo acadêmico. Foram numerosos os formuladores de política econômica na América Latina, inclusive membros de muitos governos, que passaram pelos cursos organizados pela Cepal”.

Estamos, portanto, em um cenário no qual o planejamento econômico já se traduzia em política econômica e os avanços nesse sentido significavam uma perda de espaço político dos liberais, que assistiam ao Estado avançar em setores-chave da economia, como siderurgia, energia elétrica, transportes etc. Dessa forma, a discussão sobre o dirigismo econômico revestia-se de forte conteúdo político, pois implicava a moldagem da política econômica e a atribuição de pesos relativos diferentes aos setores público e privado. Em consequência, as discussões surgidas após a apresentação do relatório da Cepal explicitam visões conflituosas sobre o desenvolvimento econômico no período e, por isso, podem nos ajudar a compreender as intervenções no debate.

Ora, não é demais assinalar que está ocorrendo nesse período não apenas uma expansão dos conceitos e das teorias econômicas mobilizadas mas, também, reaparecem, sob nova formulação, projetos políticos, sociais e econômicos que disputam a direção da política econômica. Nesse sentido, parece-nos que uma interpretação da controvérsia deve investigar, nos diagnósticos e nas soluções propostas para a economia brasileira, como os autores se posicionaram em temas como a política econômica, o papel do Estado na economia, a industrialização, a inflação, entre outros.

Um primeiro passo para isso é a apresentação das duas correntes de pensamento econômico em disputa. Há certo consenso entre os historiadores (Bielschowsky, 2004; Loureiro, 1997; Draibe, 2004) em apontar o delineamento de divisões no pensamento econômico do Brasil a partir da Revolução de 30 e das transformações do Estado que ela engendrou. É nesse momento que o poder executivo amplia sua atuação nas esferas social e econômica, esta última manifestando-se no surgimento de órgãos de mapeamento da situação econômica do país e na criação de instrumentos de intervenção, forjando e alimentando, a um só tempo, o esforço de centralização e a coordenação do Estado.

Relacionada a essas transformações, podemos detectar a emergência de um saber técnico, especializado, que daria corpo e ação a essas instituições de controle, operando e instrumentalizando o saber econômico e aplicando-o na elaboração e execução de políticas econômicas (Loureiro, 1997).

É desse duplo movimento de maior intervenção do Estado na economia, de requisição de técnicos e profissionais versados em assuntos econômicos, e de projetos de desenvolvimento econômico, que podemos identificar o surgimento das linhas de pensamento econômico no país.

Ricardo Bielschowsky (1997, 2004) nos oferece um mapeamento di-

nâmico dessas correntes para o período de 1930 a 1964.⁴ Elas apresentavam-se como um “pensamento econômico politicamente envolvido pelo debate sobre o processo de industrialização brasileiro”, movimentando-se ao redor de um núcleo duro, o desenvolvimentismo, qual seja, o reconhecimento da necessidade de industrialização carreada pelo planejamento estatal que orienta e distribui funções entre a iniciativa privada e o setor público. As cinco correntes detectadas pelo autor são: as “três variantes do desenvolvimentismo (desenvolvimentismo do setor privado, desenvolvimentismo ‘não nacionalista’ do setor público e desenvolvimentismo ‘nacionalista’ do setor público); o neoliberalismo (a direita do desenvolvimentismo) e a corrente socialista (a sua esquerda)” (Bielschowsky, 1997, p. 72-73).

O neoliberalismo⁵ brasileiro, uma das principais linhagens no período e a principal opositora ao relatório da Cepal no debate que nos interessa, cujos representantes mais ativos e expressivos eram Eugênio Gudim e Otávio Gouveia de Bulhões, tinha como proposições principais, justamente, redução da intervenção do Estado na economia, prioridade ao equilíbrio monetário e financeiro e, por fim, certa resistência às políticas industrializantes (Bielschowsky, 1997, p. 77).

De outro lado, as correntes desenvolvimentistas aglutinavam-se no “projeto de desenvolvimento de estabelecer um capitalismo industrial moderno no país, e a convicção de que para isso era necessário planificar a economia e praticar distintas formas de intervenção governamental” (Bielschowsky, 1997, p. 79). Os desenvolvimentistas do setor público nacionalista, a corrente que nos interessa aqui, cujo principal representante foi Celso Furtado, reivindicava a planificação, a intervenção do Estado e o monopólio público em setores básicos e estratégicos para o desenvolvimento, tais como siderurgia, o controle estatal do subsolo e recursos hídricos, energia elétrica e transportes. Outra característica marcante dessa vertente foi, no que se refere ao problema

⁴ Embora a classificação de Ricardo Bielschowsky seja a mais completa e capaz de abarcar nuances importantes, é preciso destacar que grande parte do debate no período foi praticamente carreado pela corrente chamada “neoliberal” e os desenvolvimentistas do setor público nacionalista, estes últimos com elevada proximidade com as formulações da Cepal. De fato, essa polarização reflete-se em outras classificações sobre as correntes de pensamento econômico do período, como monetaristas e estruturalistas (Loureiro, 1997) e nacionalistas e cosmopolitas (Sola, 1998).

⁵ Importante ressaltar que o termo neoliberalismo, utilizado pelo autor, não guarda continuidade ou relação causal com o neoliberalismo surgido nos anos de 1990. Ao contrário, a utilização da expressão neoliberal para o período 1930-1964 é justificada já que, após a crise de 1929 e a Revolução de 1930, “a ideologia liberal precisou passar por transformações que lhe permitissem resistir frente à nova realidade. O neoliberalismo brasileiro foi resultado desse processo” (Bielschowsky, 1997, p. 76). Contudo, utilizaremos na sequência do artigo, o termo “liberal”, por ser de uso mais familiar.

inflacionário, a apresentação de uma solução que atenderia à necessidade de capitalização e garantiria a capacidade de investimento estatal, em detrimento de políticas contracionistas. Essa concepção foi expressa, em um período um pouco posterior ao nosso debate, na interpretação estruturalista da inflação, cuja origem e formulação devem-se à inspiração dos trabalhos da Cepal.

Como ressaltam Loureiro (1997) e Bielschowsky (2004), essas duas correntes foram ampliando, diversificando e aprofundando seus argumentos, mas mantendo sempre as linhas gerais aqui esboçadas. Essas posições ficarão claras em nossa análise da controvérsia. Antes disso, é essencial aproximarmos-nos dos interlocutores e do local que ocupavam no período.

Como dissemos, Otávio Gouveia de Bulhões, o crítico ao relatório da Cepal, é uma das figuras centrais do pensamento econômico liberal no Brasil. Bacharel e doutor em Direito pelo Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, teve um aprendizado tardio em economia, cursando especialização em Washington, na década de 1930. Trabalhou como funcionário de carreira do Ministério da Fazenda e em 1939 tornou-se chefe da Seção de Estudos Econômicos da pasta. Desde 1938, com a criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, no Rio de Janeiro, ficou responsável pela cadeira de “Valor e formação de preços” (Loureiro, 1997, p. 36). Em 1943 tornou-se assessor da Coordenação de Mobilização Econômica, criada durante a Segunda Guerra Mundial. Em seguida, foi um dos delegados brasileiros na Conferência de Bretton Woods e delegado na ONU quando da criação do FMI, mantendo relações estreitas com o órgão ao longo da década de 1950. Foi responsável pela criação da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), órgão que exercia as funções de Banco Central no país. Em 1948, chefiou o grupo de técnicos brasileiros na Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, conhecida como Missão Abbink, encarregada de examinar os fatores que atuavam para promover ou impedir o desenvolvimento econômico no país. Essa Comissão, em seu relatório final, recomendava que a atividade econômica ficasse a cargo exclusivamente da iniciativa privada, cabendo ao Estado unicamente a coordenação dos investimentos. Em 1950, passou a integrar o Conselho Nacional de Economia, órgão consultivo da Presidência da República, criado em 1949. Foi na direção deste que publicou as críticas ao relatório da Cepal, primeiramente no *Jornal do Comércio*, republicando-as, meses depois, junto com a resposta de Celso Furtado, na *Revista do Conselho Nacional de Economia*.⁶ Assim, se Bulhões entra no debate

⁶ Os dados biográficos foram extraídos de Paula e Lattman-Weltman (n. d.).

próximo aos 50 anos e com um currículo vastíssimo em instituições públicas, seu interlocutor tem, nessa época, 32 anos e uma trajetória igualmente marcada por passagens em instituições públicas.

Celso Furtado, também bacharel em Direito, ingressa, ainda durante a graduação, no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) em 1943, via concurso público. Em 1945, integrou a Força Expedicionária Brasileira, tendo servido como oficial de ligação com o exército norte-americano. Após sua volta ao Brasil, reassumiu o cargo no Dasp e publicou textos sobre Administração Pública, técnicas de elaboração de orçamento e reflexões no campo da ciência política e da sociologia. Em 1946, embarcou para a França, onde fez Doutorado em Economia pela Faculdade de Direito de Paris, Sorbonne. Em novo regresso ao país, abandonou o Dasp e começou a trabalhar na redação da revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, sob a direção de Richard Lewinsohn. Durante esse período, sua trajetória cruza-se com a de Bulhões, então na chefia da Missão Abbink.⁷ É através dele que Celso Furtado recebe e aceita o convite para trabalhar na Cepal, dirigindo-se para Santiago no início de 1949. Do Chile, enviou artigos e resenhas para a *Revista Brasileira de Economia*, um dos quais lhe dará grande notoriedade ao ser traduzido para o inglês na *International Economic Papers*, em 1954. Trata-se de *Formação de capital e desenvolvimento econômico* (1952), uma discussão das palestras de Ragnar Nurkse na FGV, em 1951, na qual Furtado já defendia a industrialização e o planejamento. É possível encontrar nesse texto a concepção metodológica da programação que, em seguida, ele irá desenvolver na Cepal e que servirá, como veremos, de base ao relatório apresentado no Quitandinha. Para ele, “uma das modalidades mais recentes de política anticíclica consiste na determinação de objetivos a serem alcançados, em função do tempo, por determinados setores da atividade econômica, aos quais se atribui um papel dinâmico” (Furtado, 1952, p. 196).⁸

Essa imersão nas questões do planejamento foi indubitavelmente aprofundada e desenvolvida durante seu trabalho na Cepal. De fato, em *A fantasia organizada*, podemos acompanhar o envolvimento de Celso Furtado com as

⁷ Em suas memórias, Celso Furtado (1997, p. 140) demonstra ressentimento por não ter contado com a Missão ou por não poder discutir seus resultados: “a estranha divisão que havia no país estava simbolizada na parede, mais espessa do que a muralha da China, que nos separava dos membros da Missão Abbink – reunidos em sala próxima da nossa no edifício do Ministério da Fazenda –, com os quais nunca tivéramos contato, se bem estivéssemos conscientes de que eles elaboravam uma política para o governo de nosso país. Alguma coisa me parece errada na atitude que adotávamos...”.

⁸ Para um extenso exame dessa controvérsia, ver Silva (2015).

funções e as tarefas da instituição. Já em 1951, Prebisch sinalizara a intenção de promover o economista brasileiro para que ele pudesse assumir responsabilidades de direção.

Em 1952 o economista argentino, efetivamente, efetua alterações no organograma da Cepal. Com isso, surgem duas divisões com amplos poderes, “a divisão de desenvolvimento, chefiada por Celso Furtado, e a divisão de treinamento, dirigida por Jorge Ahumada” (Dosman, 2011, p. 320). A importância que Celso Furtado adquire na instituição pode ser medida pelo fato de ele ser diretor de uma delas e, ao mesmo tempo, ser o responsável pelo convênio assinado como BNDE para o treinamento de quadros técnicos brasileiros e da elaboração de um conjunto de projeções para a economia de seu país. Tamaña responsabilidade nos ajuda a entender melhor o que estava em jogo na defesa do relatório e a energia com que respondeu às críticas de Bulhões. Ao que tudo indica, Furtado foi o principal responsável pela sua redação, coordenando a equipe cepalina reunida na Divisão de Desenvolvimento Econômico. Em *A fantasia organizada*, lemos:

Implantou-se a divisão de desenvolvimento econômico, que me coube dirigir, e instalaram-se grupos autônomos com competências específicas em várias áreas. Esses grupos tinham duração variada, conforme as exigências do programa de trabalho. A equipe que eu dirigia era pequena [...] elaboramos dezenas de exercícios, utilizando como base a economia chilena, com respeito a qual dispúnhamos de razoáveis estimativas de renda e da acumulação global e setorial (Furtado, 1997, p. 233 e 241)

Ao compararmos a descrição dos trabalhos feitos pela divisão e o relatório de 1953, poucas dúvidas restam de que ele estaria defendendo o relatório da Cepal que conhecia como ninguém, pois tudo fora feito sob sua batuta.

Esse breve perfil biográfico, ao ser cruzado com a evolução da conjuntura e a delineação das correntes de pensamento econômico, fornecem os elementos necessários para a análise do debate entre Otávio Gouveia de Bulhões e Celso Furtado.

A controvérsia entre Celso Furtado e Otávio Gouveia de Bulhões

O relatório da Cepal

Delimitadas as condições mais gerais nas quais se deu o debate, importa,

ainda, indicar brevemente as linhas mestras do relatório da Cepal que será objeto de discussão.

O documento da Cepal, *Estudio preliminar sobre la tecnica de programación del desarrollo economico*, foi apresentado no Rio de Janeiro na sessão de 6 de abril de 1953. Vale destacar, para compreender os motivos que o fizeram ser objeto de polêmica, que ele marca um ponto de virada no pensamento econômico da instituição. Como destaca Albert Hirschmann (1967), entre 1949 e 1952 a Cepal caracterizou-se pela construção de uma ideologia do desenvolvimento via industrialização, enquanto no período seguinte, iniciado com esse relatório, a preocupação central desloca-se para uma intervenção concreta nos países latino-americanos, daí os estudos sobre a programação.⁹

Para o que nos interessa, iremos retomar, na intenção de levantar alguns subsídios para análise do debate brasileiro, unicamente a introdução geral do trabalho.

O texto estabelece uma distinção entre “programa de desenvolvimento” e a “regulamentação rigorosa da economia pelo Estado”. Programa significa: “aumentar e ordenar criteriosamente os investimentos de capital, com o objetivo de imprimir mais força e regularidade ao crescimento de um país” (Prebisch, 2011, p. 299).¹⁰ O relatório esclarece que o objetivo último da proposta é incentivar o desenvolvimento, sendo o programa o *meio* necessário para isso, garantindo, inclusive, a efetivação dos investimentos pela iniciativa privada, evitando uma possível assimilação da sua proposta com o planejamento total da economia.¹¹ Assim, afastando a identificação entre programação e totalitarismo, o relatório avança “para um campo mais concreto” e discute “a técnica dessa programação” (Prebisch, 2011, p. 300).

No que se refere a essas técnicas, resumiremos brevemente suas principais características quanto à planificação e ao desenvolvimento econômico da região. O primeiro passo é “determinar quais são as metas de crescimento possíveis para uma dada economia”. Para isso, é preciso examinar a evolução

⁹ Essa afirmação é corroborada por Octávio Rodríguez (1981).

¹⁰ A introdução ao relatório foi publicada no Brasil em Prebisch (2011, p. 299).

¹¹ “Um programa requer a aplicação firme de uma política de desenvolvimento, mas isso poderia ser feito sem travar a iniciativa privada, antes lhe oferecendo estímulos para que ela se oriente num determinado sentido e lhe dando acesso aos recursos indispensáveis. O Estado tem em seu poder instrumentos eficazes para tanto – a política fiscal e alfandegária, a política monetária e creditícia e os empréstimos internos ou externos –, sem prejuízo de sua participação direta em investimentos básicos que, por uma ou outra razão, não sejam realizáveis pela iniciativa privada.” (Prebisch, 2011, p. 299–300).

recente do país, quais os fatores dinâmicos de seu desenvolvimento; ou seja, elaborar um “diagnóstico da economia nacional”, captando “a taxa de crescimento obtida no período mais recente” e estudar “as possíveis tendências futuras e as possibilidades de variação ou persistência de fatores internos e externos que atuaram nesse último período” (Prebisch, 2011, p. 301). Com esse diagnóstico é possível avançar, estabelecendo as metas, o ritmo e as necessidades de crescimento da economia. Dito de outra forma, o planejamento cepalino parte da projeção de um resultado a ser alcançado, as metas, cuja realização depende do conhecimento da situação econômica do país, para determinar os pontos que devem ser estimulados.

Um dos elementos fundamentais para isso é a determinação do volume de investimentos necessários para alcançar a meta desejada. A Cepal já possuía estudos que indicavam a relação entre o capital existente e a renda, de forma que seria possível, pela experiência passada, determinar “a quantidade de novos investimentos requeridos para se chegar a um determinado aumento da renda” (Prebisch, 2011, p. 301), calculando-se o processo ano a ano. Desse processo, momento inicial que exigirá correções posteriores e apreciações para cada setor da economia, surge os primeiros limites aos quais as economias latino-americanas estão sujeitas: aumentar o coeficiente de investimentos implica um aumento da poupança, com consequências sobre o consumo presente da população. Assim, cabe também à técnica de planificação “discorrer sobre os meios de que o Estado dispõe para trabalhar sobre o coeficiente de poupança, em função dos dados disponíveis a respeito da composição da receita” (Prebisch, 2011, p. 304). Nesse sentido, o texto indica medidas de política fiscal como forma de incentivar o reinvestimento dos lucros privados e diminuir o poder de consumo das classes de elevadas rendas para que o Estado possa dispor ou disponibilizar esses recursos aos empresários para os investimentos programados. Com isso, seria possível evitar o financiamento inflacionário.

Outro problema importante é a relação entre consumo e importações substitutivas, uma vez que a necessidade de canalização dos recursos para a importação de bens de produção é alta em relação ao consumo, como constata o relatório. A solução residiria em incluir nos cálculos, “o montante das substituições a serem feitas para possibilitar uma determinada taxa de crescimento da receita” (Prebisch, 2011, p. 304). Assim, será possível visualizar a quantidade de importações a substituir, abrindo-se a possibilidade de determinar o tamanho e a magnitude do esforço de substituição de importações.

Podemos vislumbrar, agora, o caráter instrumental da planificação, capaz de orientar alternativas de política econômica baseando-se em projeções ancoradas na experiência passada, evidenciando como as soluções propostas derivam de diagnósticos já elaborados pela Cepal. Ou seja, a técnica de planificação não é uma ferramenta puramente teórica com objetivos pré-estabelecidos: trata-se de instrumentos capazes de solucionar problemas a partir de variáveis-chave das economias latino-americanas, cujo conhecimento vinha sendo acumulado pela Cepal: evolução da renda, exportações, capacidade para importar; exame das políticas monetária, fiscal e cambial adotadas pelos países do continente, bem como projeções elaboradas considerando a evolução recente dessas economias.

Nessa perspectiva, a questão da planificação aparece em seu aspecto mais abrangente: o “problema geral concerne à estimativa do crescimento da demanda por bens e serviços, a fim de calcular o montante dos investimentos nos diferentes setores da atividade econômica e nos diferentes ramos de cada setor” (Prebisch, 2011, p. 308). Assim, se num primeiro momento estima-se o capital necessário para uma dada taxa de crescimento, é preciso que esses cálculos avancem para as estimativas de capital em cada setor e, a partir disso, sejam feitos ajustes nas primeiras estimativas.

Dessa forma, a proposta de planejamento aparece, fundamentalmente, como uma escolha entre possibilidades: uma vez estabelecido o crescimento desejado para o todo, deve-se reunir especialistas para elaborar as projeções necessárias a cada setor, determinando-se, desde já, o esforço e a participação de cada um deles; em seguida, retorna-se às projeções gerais, com os ajustes necessários.

Mas, ainda aqui, cabe um esclarecimento importante, não apenas para a compreensão do documento, mas também de sua recepção no Brasil e as estratégias de defesa que Celso Furtado adotou. Com efeito, no plano instrumental, a técnica de planificação trata unicamente do cálculo das projeções, de estimativas de impacto nos diversos setores econômicos e das alternativas de desenvolvimento econômico, considerando-se a possibilidade de ampliar o investimento e, em consequência, a renda *per capita*. Entretanto, nessa instrumentalização, está implícito o diagnóstico da necessidade de industrialização dos países latino-americanos. Ao elaborar as estimativas para ampliar a capacidade de importar e a seleção dos setores onde os aumentos de produtividade terão maiores repercussões na economia como todo, reconhece-se a preponderância do setor exportador, as dificuldades no balanço de pagamento,

decorrentes da dependência de importações de bens de consumo e de capital, os problemas da agricultura e de excesso de mão de obra.¹²

Assim, sob a forma de isenção e imparcialidade técnica, o relatório da Cepal efetivamente operacionaliza seu diagnóstico e seu programa de industrialização para a América Latina.

Com isso, cabe-nos, agora, averiguar como o relatório foi recebido nos meios liberais brasileiros, dando origem à controvérsia sobre o planejamento econômico na qual discutiram Celso Furtado e Otávio Gouveia de Bulhões.

A crítica de Otávio Gouveia de Bulhões

Uma das primeiras reações ao relatório da Cepal sobre a técnica de planificação econômica no Brasil apareceu no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, no dia 24 de maio de 1953 – ou seja, poucos dias após a reunião no hotel Quitandinha, em Petrópolis – assinada por Otávio Gouveia de Bulhões.¹³ A resposta de Furtado, bem como a réplica de Bulhões foram republicadas no número de novembro/dezembro do mesmo ano da *Revista do Conselho Nacional de Economia*, órgão do qual era diretor e que foi responsável pelo encaminhamento de projetos de liberalização do setor energético para a iniciativa privada (Furtado, 1997).¹⁴

O estudo desse debate torna-se central para compreendermos as clivagens na formação do pensamento econômico no Brasil. Além de uma discussão teórica, esses artigos dedicaram grande espaço aos diagnósticos, implícitos ou explícitos, sobre a economia brasileira e latino-americana, permitindo-nos entrever a defesa de projetos de política econômica. Nesse aspecto, abordaram, para além dos meios e finalidades da técnica de planejamento, *proposições de política econômica*.

A crítica de Bulhões, ancorada em discussões do relatório feitas na Fundação Getúlio Vargas, reinterpreta a definição de programação da Cepal como “a escolha de uma taxa de aceleração de crescimento da renda nacional”,

¹² Para a abordagem cepalina dessas questões, consultar em Rodríguez (1981).

¹³ É importante destacar que esse debate entre Bulhões e Furtado não foi o único ensejado pelo relatório da Cepal. Ao mesmo tempo, Eugênio Gudín também publicou uma série de 5 artigos no *Correio da Manhã*, os quais foram respondidos em dois longos textos de Raúl Prebisch no *Diário de Notícias*.

¹⁴ Ricardo Bielschowsky (2004, p. 368-369), enumerando as instituições em que os “economistas e intelectuais” se agrupariam para definir seus projetos, refere-se ao Conselho Nacional de Economia: “o predomínio dos neoliberais nessa instituição é grande, no período em questão [o triênio 1953-1955]. O prof. Otávio Bulhões assume a presidência entre 1953-1954, e o chefe do departamento técnico, Denio Nogueira, terá destacada participação intelectual na defesa das posições da equipe Gudín-Bulhões. A *Revista do CNE* passa a sair com regularidade (desde meados de 1952) e alcança um bom padrão”.

ou seja, “um sistema de investimentos tendentes a propulsionar as diferentes produções de um país, de modo a imprimirem à economia um ritmo de crescimento pré-estabelecido” (Bulhões, 1953a, p. 3).¹⁵ Para Bulhões (1953a, p. 4), “a fixação *a priori de progresso* é o cerne da programação da Cepal” e resulta em um “processo exógeno de desenvolvimento”. Em outras palavras, “em vez de pressupor-se a existência de ânimo de progresso entre os produtores [...] os autores da teoria da programação partem da hipótese da inexistência desse espírito de empreendimento”, ou “parte-se do pressuposto de uma economia com tendência à estagnação”.

Aqui, portanto a crítica se direciona não tanto à técnica de planificação em si, mas ao diagnóstico da economia brasileira. Segundo Bulhões:

[...] basta um ligeiro relance sobre nossa história econômica para compreendermos que a evolução brasileira tem mais afinidade com o chamado desenvolvimento schumpeteriano do que com o desenvolvimento processado no Japão. [...] O que são, economicamente, a grande produção açucareira, a seu tempo, e, posteriormente, os surtos da expansão cafeeira, senão expressões inovadoras? Valem como produções novas no mercado internacional e, acima de tudo, provocaram em nosso país ondas sucessivas de expansão industrial, no Estado de São Paulo e no Distrito Federal. (Bulhões, 1953a, p. 5)

Bulhões mobiliza episódios da história econômica do Brasil sob a ótica do empresário privado, pressupondo que este opera em condições de livre concorrência e independente de apoio estatal, seja no período colonial (produção açucareira), seja após a Independência (expansão da produção e exportações cafeeiras), muito embora, em ambos os casos, a expansão desses produtos de exportação tenha sido feita seja com apoio político-militar (Novais, 2000), seja com forte intervenção do Estado no mercado internacional de café (Delfin Netto, 2009).

Temos, portanto, o primeiro ponto de crítica ao relatório cepalino: o diagnóstico de uma economia sem dinamismo que precisa da intervenção estatal para incentivar investimentos que não são feitos pela iniciativa privada. Mesmo reconhecendo que o desenvolvimento econômico brasileiro

¹⁵ O artigo de Bulhões tem caráter coletivo, pois, como explica logo de início (Bulhões, 1953a, p. 3): “o Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, examinou com muita atenção o documento intitulado ‘Estudo Preliminar Sobre a Técnica de Programação do Desenvolvimento Econômico’. O trabalho foi discutido em várias reuniões da Comissão Diretora e, de certo modo, as considerações aqui expedidas como que refletem um resumo dos debates”.

“encontra enormes obstáculos”, Bulhões (1953a, p. 5) nega que sejam “mais substanciais do que realmente o são”, ou que “tais obstáculos [tenham] raízes demasiado profundas”.

Ao apontar que a Cepal desconsidera a iniciativa privada, Bulhões introduz a questão dos serviços públicos, os quais, embora operados pela iniciativa privada, possuem restrições estatais via controle de tarifas e requisitos para reinvestimentos que impediriam o equilíbrio financeiro dessas empresas. Essa afirmação, portanto, permite perceber o empenho do autor em reduzir a atuação e o controle do Estado nos serviços públicos.¹⁶

Em contraposição aos monopólios estatais nos serviços públicos, Bulhões apresenta o conceito de economias externas, emprestado de Marshall, para destacar a importância do Estado em criar externalidades que tornem mais eficientes e produtivos os investimentos privados, reduzindo seus custos como resultado de melhorias na infraestrutura.

A questão das economias externas, portanto, está na base da segunda crítica ao documento da Cepal. Para ele,

Somente através de um sistema de núcleos de irradiação de produtividade é que poderemos alcançar essa almejada generalização de eficiência. É a falta da “economia externa” na real acepção marshalliana, ou seja os transportes prontos e regulares e a difusão da assistência técnica na indústria e, notadamente na agricultura, que, fundamentalmente, está prejudicando o progresso do Brasil. (Bulhões, 1953a, p. 8)

Assim, mais importante que o controle e o direcionamento dos investimentos, cabe reconhecer que o desenvolvimento econômico já está em processo, e o Estado deveria se limitar a unicamente prover economias externas ao setor privado, aumentando a produtividade e, com isso, o consumo e a renda.

Essa crítica ao relatório é aprofundada ao examinar a opção da Cepal em estabelecer como critério para os investimentos “a fixação do coeficiente de aumento da renda nacional, preocupando-se em escolher aqueles investimentos que requeiram menor densidade de capital e que ofereçam uma produção de maior elasticidade da procura, em função do acréscimo da renda” (Bulhões, 1953a, p. 9). Para Bulhões, há outra forma de elevar a pro-

¹⁶ A discussão sobre a passagem do setor de energia elétrica para a iniciativa privada nos anos de 1940 e 1950 é examinada por Bastos (2013).

atividade e o consumo, sem necessariamente passar por aumentos pré-estabelecidos da renda, qual seja, a modificação dos preços relativos e o barateamento da produção em decorrência de redução de custos, resultantes seja de elevação da produtividade, seja das economias externas.

Coerente com seu diagnóstico, para Bulhões não é necessário ou recomendável que o Estado intervenha diretamente na economia e, tampouco, que o desenvolvimento econômico possa ser obtido desconsiderando-se os incentivos espontâneos dados pelo sistema de preços. Dito de outra forma, ao definir os investimentos pelos critérios de elevação da produtividade por baixa unidade de capital e elevada elasticidade da renda, a Comissão desconsidera a importância dos preços relativos para estimular o consumo. Segundo essa visão, um aumento da produtividade, em qualquer setor econômico, ou seja, sem a direção do planejamento econômico, resultaria em um benefício para o conjunto da economia brasileira.

Ao enfatizar os preços relativos, Bulhões desloca o foco da técnica de planificação, pois retira de discussão o objetivo principal da programação, qual seja, a elevação calculada da renda a partir de investimentos coordenados. Em lugar disso, destaca como critério impulsionador de desenvolvimento os aumentos de produtividade induzidos unicamente pelo sistema de preços, ou como resultado das economias externas proporcionadas pelo Estado, cujos resultados devem ser captados pela iniciativa privada. Com isso, desaparece a necessidade direta do Estado agir criando poupança e canalizando-a para os investimentos em setores previamente estabelecidos.

Portanto, para Bulhões, o sistema de preços é um indicador espontâneo para os investimentos, não sendo necessária, em uma economia em expansão como a brasileira, a programação econômica proposta pela Comissão.¹⁷

Outro ponto discutido é a inflação. Segundo o crítico, a desconsideração dos problemas monetários no relatório só se justificaria se ocorresse uma absorção prévia da poupança pelo Estado, que seria canalizada para os investimentos, igualmente definidos previamente pelo programador.

Segundo Bulhões, ao ignorar o problema monetário, a Cepal está desconsiderando, ao mesmo tempo, as repercussões inflacionárias do planejamento econômico e ultrapassando os limites da liberdade econômica, pois o controle da poupança prévia pelo Estado caracterizaria uma economia tota-

¹⁷ “Num regime econômico de progresso espontâneo, a relação de preços é a base essencial de realização do investimento, enquanto que no regime de planejamento a relação de preços resulta dos investimentos projetados.” (Bulhões, 1953a, p. 9).

litária. Uma programação que não considere a origem dos recursos para investimentos e os setores para sua aplicação só poderia funcionar se ela extrapolasse a esfera dos investimentos e fosse elaborada e aplicada também para o âmbito monetário, cambial, fiscal e financeiro. Mas nessas condições, continua, ela perderia seu caráter orientador e lançaria o país “em pleno regime de economia totalitária” (Bulhões, 1953a, p. 9).

Ao contrário desse planejamento, retoma Bulhões, os aumentos de produtividade e a diminuição dos custos – fatores que elevariam a renda – podem ser alcançados dentro dos “surto de progresso espontâneos” já existentes na economia. O programa econômico deveria aparecer apenas na “intervenção indireta do Estado”, promovendo, via estímulos à iniciativa privada, “a construção de núcleos de irradiação de produtividade, ou seja, de economias externas, núcleos estes que se constituem os supridores máximos de facilidades de produção para todos os setores das atividades do país” (Bulhões, 1953a, p. 11).

Em suma, a solução proposta pela técnica de programação da Cepal é refutada por Bulhões, uma vez que seus pressupostos não se verificam, sobretudo num país como o Brasil, “onde há provas de existência de surtos de progresso espontâneo. A tendência de desenvolvimento está assegurada pelo ânimo de progresso dos empreendedores particulares [...] Estão, pois, asseguradas as forças propulsoras da formação da renda e de sua multiplicação.” (Bulhões, 1953a, p. 11).

Podemos aproveitar essa reafirmação da pujança do setor privado e retomar os principais pontos da crítica de Bulhões: 1) o diagnóstico da economia brasileira, segundo o qual a iniciativa privada é dinâmica e não precisa ser complementada pela direção estatal; 2) o planejamento da Cepal, ao não indicar as fontes de recursos para os investimentos, tornar-se-á uma programação inflacionária ou totalitária; 3) a possibilidade de elevar a produtividade da economia, não através do planejamento e dos investimentos em setores com elevada elasticidade renda, mas pela promoção de economias externas e retirada do Estado dos setores monopolísticos, amplia as possibilidades de inversão do setor privado, até o momento, bloqueadas.

Temos, portanto, não apenas uma crítica, mas outra proposta para orientar os critérios de investimento. A Cepal propunha identificar os setores que receberiam investimentos, considerando-se as potencialidades de elevação da renda e do consumo, priorizando os setores industriais com elevada elasticidade renda. Para Bulhões, ao contrário, o consumo e a renda podem aumentar

diminuindo-se os custos de produção via economias externas. Ainda assim, mesmo esses investimentos não deveriam ser monopolizados pelo governo, pois este não tem recursos financeiros para tal, o que exigiria uma elevação da carga tributária ou uma expansão inflacionária.

Uma vez que a iniciativa privada dispõe de recursos e atualmente os direciona para expansão das indústrias já existentes ou para construções urbanas, o mais acertado seria abrir oportunidades de inversão nos serviços públicos e de infraestrutura. Dessa forma, dado o desenvolvimento em curso e a capacidade de investimentos dos empresários, “carecemos apenas de um roteiro equilibrado de expansão econômica. A programação para o desenvolvimento seria uma orientação de progresso equilibrado” (Bulhões, 1953a, p. 9).

Retomando as considerações de Bulhões até o momento – o diagnóstico de um desenvolvimento em curso capitaneado pela iniciativa privada e a re colocação do problema da intervenção do Estado não mais em investimentos capazes de dinamizar o aumento do consumo e da renda, mas sim de criar economias externas ao setor privado – podemos perceber como suas propostas colocam a defesa do setor privado e a restrição do papel do Estado no cerne do debate. Planejamento deveria ser, em sua crítica, a criação e ampliação de oportunidades ao setor privado, em áreas até então controladas pelo poder público. Por sua vez, é preciso destacar como o diagnóstico da economia brasileira teve importância em seu exame do relatório. Grande parte dos problemas da proposta cepalina origina-se da desconsideração do desenvolvimento em curso, capitaneado pelo setor privado. Igualmente, o papel do Estado e a própria finalidade da programação, nesse cenário de expansão, deveria limitar-se à abertura de novas frentes de inversão e à criação de externalidades aos empresários nacionais. Assim, podemos perceber de que maneira a análise crítica do relatório da Cepal tem, ao lado de argumentos técnicos e econômicos, implicações práticas importantes.

Nesse sentido, para Bulhões, diagnóstico da conjuntura e proposta de política econômica caminham juntas. Se a Comissão errou ao perceber o dinamismo do setor privado, erra também ao propor o planejamento econômico em setores já ocupados pela iniciativa privada, qual seja, aqueles de elevada elasticidade renda. Melhor seria – e aqui o diagnóstico embasa o prognóstico – a retirada do Estado de certos ramos dos serviços públicos, abrindo oportunidades de investimento ao dinamismo do capital privado. Do mesmo modo, ao argumento teórico da consideração dos preços relativos, segue-se a necessidade do Estado limitar-se a gerar economias externas, bai-

xando o custo relativo da produção e, com isso, ampliando as necessidades de consumo. Notemos ainda um forte deslocamento, digamos, ideológico, da noção de planejamento econômico. Se, na polêmica entre Simonsen e Gudin, seu caráter totalitário ou não mobilizou grande parte dos argumentos, em 1953, embora essa discussão não esteja ausente, o diagnóstico sobre o presente domina o primeiro plano, indicando, uma vez mais, que os termos do debate estavam sendo dados pela inevitabilidade do processo de industrialização, que Bulhões compreende como o resultado da pujança do empresariado.

A resposta de Celso Furtado

A resposta de Celso Furtado denota um grande esforço de discussão dos argumentos de Otávio Gouveia de Bulhões. Colocando-se implicitamente como um membro da Cepal, Furtado inicia seu texto referindo-se ao conjunto de problemas aos quais a Comissão se dedicou nos últimos anos. Primeiramente, a “análise do processo histórico de desenvolvimento dos países latino-americanos”; em seguida, a identificação dos “fatores que têm dificultado esse processo e são responsáveis pelo atraso relativo desses países” e, no momento atual, o relatório apresenta “como acelerar o ritmo de desenvolvimento” (Furtado, 1953, p. 11).

Celso Furtado afirma que o documento apresentado resulta de um trabalho de constante estudo e compreensão do desenvolvimento econômico da América Latina e da reflexão sobre os óbices que esse processo vem acarretando para o subcontinente. Portanto, um diagnóstico econômico está presente na elaboração da técnica de planificação ou, em outras palavras, a planificação surge para corrigir problemas detectados em relatórios anteriores, em concomitância com um esforço de elaboração de conceitos econômicos que expliquem a realidade latino-americana.

Destaca, também, o caráter generalizante do relatório, admitindo – ecoando a crítica de Bulhões – que embora alguns países da América Latina já possuam uma dinâmica de desenvolvimento, outros ainda não iniciaram esse processo. Mas reforça que “mesmo naqueles países em que o ritmo de desenvolvimento é considerado satisfatório, existe generalizada preocupação com o enorme desperdício de recursos que vem caracterizando esse desenvolvimento” (Furtado, 1953, p. 11).

Celso Furtado reafirma as considerações de Bulhões sobre a necessidade de uma programação para o desenvolvimento que estimule os investimentos privados e a proposta de que caberia ao Estado a criação de economias exter-

nas e pontos de irradiação para favorecer os setores empresariais. Recupera, também, a recomendação de que esse desenvolvimento seja feito sem inflação – ou seja, sem que o Estado assuma compromissos de investimento além de sua capacidade tributária, o que o obrigaria a recorrer a emissões monetárias –, deixando os investidores privados, via incentivos, ocupar o lugar do Estado nos investimentos. Mas, pergunta Furtado (1953, p. 12): “como seria possível empreender um programa dessa natureza sem antes cercear a iniciativa privada?”. É necessária alguma transferência de recursos, argumenta, seja do setor público ao privado, seja dentro deste último, sem que com isso a estrutura da demanda como um todo sofra alterações.

Ora, o que aparecia como uma crítica ao caráter inflacionário do planejamento cepalino e, mesmo, a solução apontada por Bulhões – diminuir o papel ativo do Estado na formação de capital e deixar o setor privado mobilizar seus recursos disponíveis – surge como aspectos naturais de qualquer proposta de programação e mesmo como um caminho inevitável para se atingir o desenvolvimento com a participação ativa da iniciativa privada. Mesmo que fossem deixadas as decisões de investimentos ao setor privado, necessariamente seriam retirados recursos de uns setores para outros, impactando na estrutura da demanda, independentemente se os recursos originam-se do governo, via taxação, ou do setor privado, via poupança. Para Bulhões, a menos que se deixe a iniciativa privada realizar seus investimentos com sua própria poupança, o Estado só poderia evitar uma programação inflacionária subtraindo o sistema de preços e exercendo um controle total sobre investimentos, consumo, financiamento, tributação, etc. Porém, defende Furtado, o problema da origem dos recursos e suas supostas repercussões inflacionárias estão equacionados no relatório, ainda que ele não as explicita em sua resposta.

O principal objetivo do estudo foi fazer um amplo mapeamento do “processo total de formação de capital dentro da economia”, pois, “sem essa análise seria impossível dispor dos critérios gerais para localizar os ‘núcleos de irradiação de produtividade’ a que se refere o prof. Bulhões” (Furtado, 1953, p. 12). Explicando esse mapeamento:

[...] trabalha-se aí com hipóteses sobre o crescimento da renda e sua distribuição. Trata-se em seguida de quantificar os efeitos daquele crescimento sobre a estrutura e o montante do consumo. Como se está raciocinando em termos reais, procura-se determinar quanto teria que crescer a capacidade produtiva de cada setor (isto é, a quanto deveriam montar os investimentos e aproximadamente que estrutura deveriam apresentar estes) para atender àquele con-

sumo. Esse modelo dinâmico de desenvolvimento equilibrado, é que servirá de base para a orientação dos investimentos privados e para a suplementação destes pelos investimentos públicos. (Furtado, 1953, p. 12)

Somente a partir desse mapeamento seria possível detectar os núcleos de irradiação que defende o crítico, ademais que a aparente ausência de considerações monetárias no estudo se deve ao fato de “ter-se optado por trabalhar a análise em termos reais” (Furtado, 1953, p. 12). Ou seja, evitando o automatismo do mercado (que existe ao nível individual e não para o conjunto da economia), é somente com o levantamento e identificação não apenas dos recursos disponíveis, mas também da interdependência entre os setores produtivos, que se pode avaliar os pontos de irradiação e as possibilidades de ampliação de produtividade setorial que terão maiores repercussões para o conjunto da economia.

Para Furtado, a coincidência da poupança prévia com o investimento – antes de inflacionária ou totalitária – é fruto do estudo da estrutura de consumo da coletividade. Ora, “se se concorda que é possível estatisticamente prever o consumo, é necessariamente possível antecipar a poupança. Estamos aqui no terreno corriqueiro da análise econômica e não vejo por que tenhamos que nos assustar com nenhum fantasma totalitário”, afirma Furtado, com ironia (Furtado, 1953, p. 15).

Claro está que o esforço de qualquer programa de investimento que se pretenda não inflacionário deve equilibrar, no momento de sua execução, “o fluxo de poupança às necessidades de investimento”, como aliás, bem prevê o relatório.

Em seguida, Furtado retoma outro aspecto de divergência com a crítica de Bulhões: o desenvolvimento espontâneo, a partir da dinâmica empresarial, prescinde do planejamento econômico, pois os empresários, orientados pelo sistema de preços, alocariam seus investimentos sem que ocorresse desperdício, onde a lucratividade e a produtividade fossem maiores, evitando-se, inclusive, o risco de inflação. Sobre isso, Celso Furtado contra-argumenta:

Não há nenhuma razão para que um plano de desenvolvimento seja mais inflacionário que um desenvolvimento sem plano. A experiência está aí para demonstrar que o desenvolvimento sem plano, com a função de consumo que hoje dispomos, cria fortes tendências inflacionárias. Não vejo como se possam combater essas tendências sem determinar todos os fatores que entram no

problema sem acompanhar a ação de cada um deles, o que evidentemente exige uma orientação geral do processo econômico. (Furtado, 1953, p. 15)

Eis aqui, portanto, o que pode ser o cerne da divergência entre os dois economistas. Enquanto Bulhões contrapõe ao relatório da Cepal a dinâmica do empresariado nacional, a qual, por si só, seria capaz de promover o desenvolvimento econômico sem um planejamento da economia, Celso Furtado enfatiza que a proposta de programação parte dos desequilíbrios econômicos gerados pelas livres forças de mercado, cuja necessidade de discipliná-las exige o mapeamento dos recursos produtivos e formas de estimular o crescimento da renda, via investimentos, sob a coordenação estatal, ainda que não se esquivе da dinâmica e dos recursos acumulados pela iniciativa particular.

Celso Furtado aponta, ainda, que o dinamismo do empresário não é algo endógeno ou espontâneo, podendo ser criado, seja por condições externas (aumento da demanda internacional por um produto) ou pelo próprio governo (controle sobre taxas de câmbio), concluindo que

[...] a análise econômica não deve assentar em princípios de fé. É necessário conhecer e quantificar os estímulos a que responde o empresário, se se pretendem criar as condições propícias à sua atuação mais efetiva. Não basta crer no progresso espontâneo. É indispensável conhecer o mecanismo do mesmo, se pretendemos orientá-lo e, quando necessário, acelerá-lo (Furtado, 1953, p. 12).¹⁸

Notemos como eleva o tom da crítica ao distinguir a *crença* no dinamismo com o *conhecimento* de seu mecanismo, revelando-nos um Celso Furtado combativo e pouco conciliador.¹⁹

A resposta de Furtado, portanto, procura desfazer dois equívocos da crítica de Bulhões: em primeiro lugar, a desconsideração dos preços relativos, implícita no relatório da Cepal – que entretanto foi elaborado em termos reais – não é indicativo do caráter totalitário de um programa econômico. Em segundo lugar, considerar a necessidade de programação não significa desconhecer a dinâmica do setor privado nem, tampouco, tratar o desenvol-

¹⁸ Celso Furtado (1949) já tratou da questão de que, por vezes, é o próprio Estado que cria as condições para o surgimento da concorrência privada em uma resenha ao livro de Richard Lewinsohn, *Trustes y carteles, sus orígenes y influencia en la economía mundial*, publicada na *Revista Brasileira de Economia*.

¹⁹ Essa crítica aos princípios de fé, bem como outros pontos podem relativizar o chamado “estilo furtadiano”, que Francisco de Oliveira (2003, p. 65) definiu como “a ausência de qualquer polêmica explícita e a busca constante de procurar manter-se, e aparecer, como estritamente científico”.

vimento enquanto um processo exógeno. Ao contrário, foi por detectar os problemas estruturais do desenvolvimento espontâneo que surgiu a necessidade de planejamento.

Assim, os autores divergem na técnica, nos agentes do desenvolvimento e, sobretudo, no diagnóstico que elaboram sobre a economia brasileira: se para Bulhões o empresariado, dinâmico, não amplia o desenvolvimento porque o Estado cerceia suas possibilidades de investimento, para Furtado e a Cepal, a expansão econômica espontânea dos anos recentes agravou problemas estruturais, tais como crises no balanço de pagamentos, dificuldades na capacidade para importar e a inflação decorrente dos desequilíbrios industriais.

Um ponto a ser notado, é o pouco espaço dado à questão dos preços relativos e as fontes de financiamento para o desenvolvimento econômico. Celso Furtado rebate Bulhões unicamente afirmando que o relatório da Cepal foi elaborado em termos reais. Por sua vez, embora afirme que a orientação da poupança privada para os investimentos também poderia ter resultados inflacionários, o tema não é aprofundado. Talvez essas ausências fiquem mais patentes ao repassarmos brevemente a réplica de Bulhões.

A réplica de Otávio Gouveia de Bulhões

Otávio Gouveia de Bulhões redigiria, ainda, uma réplica à defesa do relatório da Cepal elaborada por Celso Furtado. Embora não traga novos elementos ao debate, reafirma suas convicções, como a crítica ao pressuposto de um desenvolvimento “exógeno” para o Brasil, constante no relatório: “no plano da Cepal, os particulares participam, sem dúvida, da produção, mas o surto do progresso não é de sua iniciativa – vem da esfera governamental. O Governo é que se torna o verdadeiro empreendedor e, além disso, é o supremo distribuidor dos fatores de produção” (Bulhões, 1953b, p. 16).

Com isso, Bulhões reconhece que a defesa feita por Celso Furtado consistiu, num primeiro momento, em uma justificativa do relatório como um estudo do processo de formação de capital dentro da economia, ou seja, de um mapeamento das interligações entre recursos disponíveis e suas repercussões nas atividades produtivas e nos fatores de produção. Entretanto, reafirma sua oposição, uma vez que

[..] dá o Sr. Furtado por assentado o acréscimo da renda e procura ver seus efeitos sobre o aumento da procura dos bens de consumo. Mas, esse desdobramento não tira a característica de ser um plano elaborado fora e acima da esfera da iniciativa particular.

Os particulares aparecem em cena depois que a renda foi devidamente propulsão. E com receio de que, mesmo nesta segunda fase, eles ainda não tenham uma iniciativa de ordem econômica adequada. (Bulhões, 1953b, p. 17)

Aqui, mais uma vez fica explícita a posição de Bulhões: pelo mapeamento dos setores e atividades capazes de proporcionar o aumento da renda, via investimentos, já está excluída a ação da iniciativa privada, pois fica subordinada às decisões do planejamento. Essas considerações só caberiam em economias subdesenvolvidas caracterizadas por um longo processo de estagnação, ou em uma baixa cíclica: “todavia, muito outra é a situação dos principais países da América Latina e, notadamente, a do Brasil. Há em nosso país notório ímpeto de progresso, realizado e desenvolvido pela iniciativa particular” (Bulhões, 1953b, p. 17). Ou seja, a programação só se justificaria na ausência de estímulos econômicos e de dinamismo da iniciativa privada, o que não é o caso para o Brasil.

Da mesma forma, reitera a importância dos preços relativos como principal estímulo à iniciativa particular. Nas considerações de Bulhões, só pode haver planejamento que leve em consideração a atividade do setor privado se este considerar o sistema de preços relativos. A Cepal, por partir da fixação de uma taxa de crescimento da renda, implicitamente subordina a iniciativa individual ao plano econômico. Finalmente, argumenta, um plano que não leva em consideração a iniciativa particular é um plano totalitário.

Assim, a resposta de Bulhões mantém as críticas já levantadas, refutando a defesa de Celso Furtado, sobretudo no que se refere à questão dos preços relativos e do caráter totalitário do plano. Seria mesmo possível afirmar que sua resposta toca em questões de princípio, tais como a classificação da técnica de programação como totalitária, por englobar um planejamento do conjunto das atividades econômicas e, sobretudo, a desconsideração dos preços relativos, o que implica, em sua visão, na exclusão da liberdade do setor privado em definir investimentos e um desvio das funções do Estado, pois prioriza inversões capazes de ampliar a renda em detrimento do alegado papel de fornecer aumentos de produtividade, via externalidades, ao setor privado.

Nessa reafirmação de princípios, é notória a ausência da retomada da questão inflacionária, tema que apareceu no primeiro artigo de Bulhões, foi contra-argumentada por Celso Furtado mas desaparece nesse terceiro artigo. Parece-nos que isso indica a concentração de interesse nos aspectos mais

gerais da discussão e pode revelar uma tendência à minimização dos argumentos teóricos.

Considerações finais

As intervenções em torno do relatório da Cepal marcam um momento importante no confronto entre os liberais e os desenvolvimentistas. Em sua autobiografia, Celso Furtado (1997, p. 273) nomeou o capítulo em que relembra esse episódio de “Confrontação em campo aberto”, para indicar seu caráter conflitivo e, ao mesmo tempo, o aspecto público da discussão. Não podemos desconsiderar que os jornais de grande circulação em que os textos apareceram originalmente impunham limites de extensão e de aprofundamento de ideias para ambos os lados. Mas, a despeito disso, o cerne da contenda não parece ter se limitado a argumentos teóricos. A querela sobre a natureza da programação e os mecanismos de sua operacionalização, como vimos, têm como elemento subjacente os diferentes diagnósticos sobre o processo de desenvolvimento em curso. Configuram-se nesse debate, portanto, os temas norteadores da reflexão sobre o desenvolvimento: o papel do Estado e da iniciativa privada, o diagnóstico sobre os problemas do presente e as possibilidades de desenvolvimento econômico, espontâneo ou planejado. Assim, examinar essa disputa sob a perspectiva de argumentos teóricos pode deixar de captar o essencial na maneira como se organizam as correntes de pensamento econômico no Brasil.

A proposta de planejamento da Cepal ensejou críticas e defesas que só podem ser entendidas dentro de um campo de confronto pela orientação da política econômica, traduzidas, na controvérsia examinada, nos diagnósticos sobre a natureza do desenvolvimento econômico em curso e no peso do setor público e privado nesse processo. Nesse caso, as considerações de ordem teórica aparecem unicamente enquanto componentes de legitimação técnica de propostas políticas, e sua compreensão perderia essa especificidade caso interpretássemos esse debate como uma discussão opondo livre mercado *versus* economia centralizada.

No que concerne especificamente a Celso Furtado, os efeitos desse episódio se fizeram sentir na percepção de que ocupar um lugar no espaço público é crucial para o apoio e a viabilidade do projeto político da industrialização via planejamento econômico. Para o economista paraibano, o saldo do confronto foi impulsionar a ampliação das ideias sobre desenvolvimento

econômico, marcando posição. Nesse sentido, ela resultou em um aprendizado prático: o refinamento teórico alcançado por ele e pela Cepal deveriam ser transmitidos e disseminados fora dos círculos restritos da academia e dos corredores de ministérios. Meses após a disputa, ele recebe e aceita o convite para abordar o mesmo tema na Escola Superior de Guerra. No mesmo ano decide-se por reunir suas reflexões sobre a teoria do desenvolvimento e a formação histórica da economia brasileira. Elas comporiam o livro *A economia brasileira*, publicado no ano seguinte, ciente de que “a contraofensiva ortodoxa ganhava terreno” (Furtado, 1997, p. 287). O sucesso do livro o incitou a ampliar o escopo de discussão das ideias. Daí surge a criação, com outros técnicos do Clube dos Economistas, da revista *Econômica Brasileira* para servir de contrapeso à *Revista Brasileira de Economia*. Podemos sugerir, em suma, que esse debate fez com que Celso Furtado ampliasse sua presença dentro do cenário econômico brasileiro, saindo da impessoalidade da Comissão internacional e delineando com traços fortes sua personalidade econômica no país.

Referências

ALMEIDA, R. G. O debate Gudin/Simonsen paralelo ao debate do cálculo econômico socialista. *REOESTE – Revista de Economia do Centro-Oeste*. v. 1(2), p. 35-53, 2015.

BASTOS, P. P. Z. A construção do nacionalismo econômico de Vargas. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D (Org.). *A Era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D (Org.). *A Era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BIELSCHOWSKY, R. Eugenio Gudin (1886-1986). In: SZMRECSÁNYI, T; COELHO, F. S. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: ATLAS, p. 305-319, 2004.

BIELSCHOWSKY, R. Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964. In: LOUREIRO, M. R. *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Pensamento, instituições, depoimentos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 71-106, 1997.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro*. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BULHÕES, O. G. de. Estudos sobre a programação do desenvolvimento econômico. *Revista do conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 19-20, nov./dez. 1953a.

BULHÕES, O. G. de. Considerações adicionais sobre a programação do desenvolvimento econômico. *Revista do conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 19-20, nov./dez. 1953b.

COLISTETE, R. P. A força das ideias: a Cepal e os industriais paulistas na primeira metade da década de 1950. *História Econômica & História de Empresas*. v. 10, p. 123-53, 2006.

COSENTINO, D. DO V.; GAMBI, T. F. R. (Org.). *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Niterói-São Paulo: Eduff-Hucitec, 2019.

CURI, L. F. B. Planejamento, industrialização e desenvolvimento na historiografia do pensamento econômico brasileiro: notas preliminares. In: COSENTINO, D. DO V.; GAMBI, T. F. R. (Org.). *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Niterói-São Paulo: Eduff-Hucitec, p. 247-281, 2019.

CURI, L. F. B.; CUNHA, A. M. Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento (1944-1945). *América Latina en la Historia Económica*. v. 22, p. 76-107, 2015.

DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Unesp; Faccamp, 2009.

DOSMAN, J. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses*. Um estudo sobre a constituição do Estado

e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FONSECA, P. C. D. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D (Org.). *A Era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

FURTADO, C. M. Resenha de: Prof. Dr. Richard Lewinsohn. Trusts y Carteles, sus orígenes y influencia en la economía mundial. *Revista Brasileira de Economia*. v. 3, n. 1, 1949.

FURTADO, C. M. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*. v. 6, n. 3, 1952.

FURTADO, C. M. A programação do desenvolvimento econômico. *Revista do Conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 19-20, nov./dez. 1953.

FURTADO, C. M. A fantasia organizada. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 87-359, 1997.

GIAMBIAGI, F., et. al. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

HIRSCHMAN, A. Ideologias e desenvolvimento econômico na América Latina. In: HIRSCHMAN, A. *Monetarismo vs. estruturalismo: um estudo sobre a América Latina*. Rio de Janeiro: Lidador, p. 9-49, 1967.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

LOPES, T. C. Da controvérsia ideológica entre Simonsen e Gudin ao debate sobre o planejamento econômico no Brasil. *Revista de Economia Política e História Econômica*. v. 9, n. 30, p. 135-172, 2013.

LOPES, T. C. *Planejamento para a industrialização e o desenvolvimento: o Brasil*

entre as lógicas de mercado e controle (1930-1956). Uberlândia, 2011. Dissertação (Mestrado em Economia – Universidade Federal de Uberlândia).

LOUREIRO, M. R. *Economistas no governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LOUREIRO, M. R. (Org). *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Pensamento, instituições, depoimentos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

NOVAIS, F.A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, F. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. OLIVEIRA, Francisco. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

PAIVA, M. de A. (Org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

PAULA, C. J.; LATTMAN-WELTMAN, F. (Org). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

PREBISCH, R. Os principais problemas da técnica preliminar de programação. In: PREBISCH, R. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Adolfo Gurrieri (Org). Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado, 2011.

RODRÍGUEZ, O. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 167-170, 1981.

SARETTA, F. Octavio Gouvêa de Bulhões e Celso Furtado: um debate sobre o desenvolvimento brasileiro. IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 10ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, Curitiba, 2011.

SILVA, R. P. *Celso Furtado, entre a história e a teoria econômica (1948-1959): uma interpretação historiográfica*. 2015. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SIMONSEN, R., GUDIN, E. e VON DOELLINGER, C., *A controvérsia do planejamento na economia brasileira [1977]*. 3a. edição. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

SOLA, L. *Ideias econômicas, decisões políticas*. Desenvolvimento, estabilidade e populismo: São Paulo: Fapesp; Edusp, 1998.

VIANNA, S. B. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: PAIVA, M. de A. (Org.). *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro, Campus, 1994.